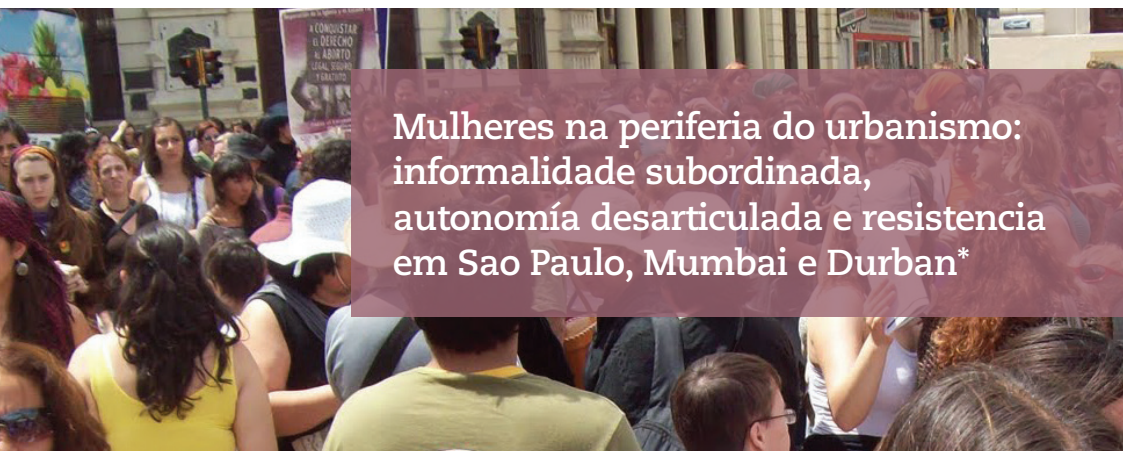


PLA

POLÍTICAS E LINHAS DE AÇÃO - CLACSO COLEÇÃO SUL-SUL

MARÇO 2016



Mulheres na periferia do urbanismo:
informalidade subordinada,
autonomía desarticulada e resistencia
em Sao Paulo, Mumbai e Durban*

♦ LUCIANA F.
ITIKAWA SAKURAI

❖ Apresentação

É doutora em Arquitetura e Urbanismo e pós-doutoranda pela Universidade de São Paulo, com pesquisa na UCLA em Los Angeles e Columbia University (EUA).

E-mail:
luciana.itikawa@gmail.com

A formação peculiar do mercado de trabalho nos três países não está desassociada da estrutura fundiária concentradora que mantém sistematicamente considerável parcela da população urbana à margem do acesso à terra e ao emprego formais. Os históricos

*Este trabalho é o resultado da competição para Grants Sul-Sul 2014 “Trabalho e bem-estar no Sul”

◆ PALAVRAS-CHAVE

■ Gênero

■ Espaço urbano

■ Trabalho informal

■ Autonomia

■ Subordinação

coloniais dos três países tiveram um padrão de exclusão social que foram mantidos pela elite local nas respectivas repúblicas, através da combinação entre marco regulatório e acesso excludentes ao mercado de trabalho e à terra. Este artigo analisa duas condições laborais emblemáticas da exclusão conjugada no binômio terra-trabalho: subcontratação e autonomia; em dois ambientes de trabalho, domiciliar e na rua (ambulante). O objetivo é verificar se há manutenção da subordinação ou desarticulação nas questões de gênero, relações de trabalho e espaço urbano na informalidade ou se há exemplos de políticas e ações que contradizem este padrão. Os mercados de trabalho heterodoxos no Brasil, Índia e África do Sul se diferenciam das matrizes de pleno emprego pelas singularidades na segregação e segmentação por critérios de gênero, raça e casta. O acesso precário à terra e à moradia fizeram parte do expediente de rebaixamento dos custos da mão-de-obra na periferia do capitalismo. O processo de urbanização nos três paí, ao invés de eliminar a herança da exclusão, reproduziu-o e deu-lhe conformações de ilegalidade estrutural e baixíssima qualidade urbanística.



✚ Análise política

A informalidade subordinada e a autonomia desarticulada são duas faces da mesma moeda: não há neutralidade na posição que a informalidade ocupa na periferia do capitalismo. Portanto, parece impossível a transição automática do informal para o formal, uma vez que ela funciona como reserva de braços e de terras por subacumulação e superacumulação. Subacumulação porque só resta o trabalho por sobrevivência compulsório. Superacumulação porque são extraídos, além dos direitos trabalhistas, todo o aparato para reprodução social da força de trabalho, incluindo o território que ocupam. Há clara assimetria decisória e de riqueza como reflexo de relações desiguais de poder e subordinação, como as discriminações de gênero, raça, casta e classe nas três cidades. As terras ocupadas informalmente pela(o)s trabalhadora(e)s informais tornam-se territórios a serem tomados para futura produção imobiliária. Seus braços, como excedente da força de trabalho, atuam exercendo forte pressão no rebaixamento dos salários e rota-



tividade no emprego formal. Os regimes excludentes dos três países de acesso à terra e ao emprego urbanos têm sido decisivos para a manutenção de uma cidadania racionada que abre espaço para uma saída bifurcada: uma, virtuosa, através da articulação dos setores progressistas com avanços mais ou menos significativos; outra, viciosa, com um complexo mercado de cidadania, através da intermediação para o acesso aos direitos. Esta *gestão da exceção* seria construída por redes de sociabilidade na periferia para garantia de questões mínimas de sobrevivência, seja através de arranjos específicos de organização dessa própria população com hierarquias internas; quanto por atuação do Estado ou de ONG.

* Propostas

Entre as propostas, podemos dividir em a) políticas públicas e b) organização da(o)s trabalhadora(e)s informais. Cada uma das propostas são conceituadas em termos de escopo, segundo os atores que as implementam e, por fim, de acordo com a temporalidade: curto e médio prazo.

Entre as políticas públicas, o primeiro aspecto a ser considerado é o abismo entre as regulações e a realidade na prática. Nas três cidades estudadas, verificamos a existência de legislações progressistas, não obstante, a(o)s trabalhadora(e)s na íntegra não usufruem dos direitos definidos legalmente. As experiências em Mumbai e Durban são emblemáticas por mostrarem a inclusão de todos os trabalhadora(e)s nas respectivas leis de planejamento urbano e econômico, entretanto, cerca de 50% dos trabalhadores ambulantes nas duas cidades não conseguiram permissão para exercer legalmente suas atividades. Em São Paulo, o cenário é pior: 1,4% são legalizados. Nesse sentido, a concepção de políticas públicas direcionadas às atividades informais descoladas do universo das políticas urbanas e econômicas como um todo, não são efetivas na medida em que permanecem os mecanismos de concentração da riqueza urbana, da segregação e segmentação do mercado de trabalho. Por esse motivo a principal característica das políticas públicas a ser considerada é a criação de mecanismos de redistribuição de riqueza através da captação de excedente de valorização fundiária urbana para projetos destinados à(o)s trabalhadora(e)s informais (iniciativa do Estado, implantação a médio prazo).



Entre as propostas de políticas públicas estão: **1)** criação de espaços quadripartites (Estado, empregadores, trabalhadores e sociedade civil) de diálogo social. Assegurar que estes espaços tenham autonomia e liberdade não só para expressão, como também para encaminhamento das denúncias (iniciativa do Estado, implantação a médio prazo); **2)** inclusão de trabalhadora(e)s informais nos espaços de diálogo social na construção, monitoramento e avaliação de políticas públicas (iniciativa do Estado, implantação a médio prazo); **3)** apoio e suporte à(o)s trabalhadora(e)s informais na sustentabilidade da atividade, através de suporte a gestão do negócio, comercialização dos produtos, assessoria técnica financeira, comercial, contábil, arquitetônica e jurídica (iniciativa em rede entre Estado, trabalhadores e sociedade civil, implantação a médio prazo); **4)** sistema de crédito e seguro específico à(o)s trabalhadora(e)s informais que cobre desde gastos para adequação do ambiente de trabalho e equipamentos no domicílio até financiamento para acesso à moradia formal (iniciativa em rede de trabalhadores e sociedade ci-



vil, curto a médio prazo); **5)** descriminalização e resgate da legitimidade reivindicatória dos movimentos sociais, intensamente criminalizados pelos gestores locais e contratantes. Criação de políticas que defendam e incentivem a liberdade de associação sindical (iniciativa do Estado, implantação a curto prazo); **6)** sobreposição das agendas internacionais do Trabalho Decente (OIT) e da Agenda Habitat da ONU-Habitat que assegurem espaços de geração de renda individual e coletiva, em assentamentos e arranjos produtivos adequados ambientalmente, com protagonismo e articulação de trabalhadores sobretudo com respeito às culturais locais (iniciativa em rede entre OIT, ONU-Habitat, Estado, trabalhadores e sociedade civil, implantação a longo prazo).

Em relação às ações de organização da(o)s trabalhadora(e)s informais, podemos dividir em **1)** necessidade de articulação com outras frentes urbanas de reivindicação por direitos (iniciativa em rede de trabalhadores e sociedade civil, curto a médio prazo); **2)** levantar as geometrias de organizações comuni-



tárias de base que já acontecem nos territórios e verificar quais seriam as formas que as comunidades mais se fortalecem, do ponto de vista dos princípios democráticos e respeito às questões de igualdade de raça, casta, gênero e etnia direitos (iniciativa em rede de trabalhadores e sociedade civil, levantamento a curto prazo); 3) construção coletiva do conhecimento, engajamento e politização de trabalhadora(e)s informais (iniciativa em rede entre Estado, trabalhadores e sociedade civil, implantação a médio prazo).



PLA

Secretário Executivo | **Pablo Gentili**

Diretora Acadêmica | **Fernanda Saforcada**

Editor | **Carlos Fidel**

Coordenadora do Programa Sul-Sul | **Karina Bidaseca**

Assistentes da Área de Promoção de Pesquisa | **Magdalena Rauch - Victoria Mutti**

Coordenador Editorial | **Lucas Sablich**

Coordenador de Arte | **Marcelo Giardino**

www.clacso.org